

sanar a dúvida e esclarecê-lo no próximo atendimento. Sra. Lory se apresenta como Coordenadora Social e informa que as assistentes sociais que estarão no Plantão são as Sras. Alzira e Renata. Um morador pergunta onde é realizado o Plantão, ao que a Sra. Kátia responde que na Base Aliança da Polícia Militar, onde está ocorrendo esta reunião. Sr. Neto pergunta se todos os presentes estão esclarecidos sobre os encaminhamentos, ao que todos afirmam que sim. Sr. Neto encaminha para aprovação pelos conselheiros a listagem dos 165 cadastrados, esclarecendo que ela ficará exposta. Sr. Renato solicita que a lista fique exposta no Plantão e a Sra. Beatriz que seja afixado também um informe com o horário de atendimento do plantão. Sra. Kátia irá encaminhar a listagem dos 290 nomes identificados para os Conselheiros, caso alguém os procure ou venha ao próprio plantão deverão dar um retorno às pessoas. Irão colocar 30 cartazes na quadra explicando que compareçam na data e os documentos que deverão providenciar. Sra. Natalina solicita que seja colocado também um informe com os documentos necessários para o cadastro, ao que a Sra. Kátia concorda. Sr. Luiz Kohara solicita que a lista dos 125 moradores não identificados seja divulgada, pois entende ser mais simples trabalhar com os que estão faltando se cadastrr. Sra. Andressa pergunta se as pessoas que não tem cadastro, que não são as 125 faltantes, se há a possibilidade de realizar novos cadastros, ao que o Sr. Neto informa que infelizmente não há essa possibilidade, que a área está congeladas. Sr. Neto coloca em votação a aprovação do cadastro e solicita que apenas os Conselheiros se manifestem através do voto. Um morador, Sr. Reginaldo solicita esclarecimento sobre os valores de renda familiar, se isso pode fazer com que a família não receba atendimento habitacional e o Sr. Neto informa que apenas o cadastro das pessoas a serem beneficiadas já é suficiente para que sejam atendidas. Sra. Natalina informa que quem está na listagem de cadastro apresentada, independentemente da renda individual ou da renda familiar, todos terão o direito à moradia assegurado. Entende que o necessário é assegurar que o nome das famílias que moravam na área na época do cadastramento e não estão com o nome na listagem, sejam cadastradas. Sr. Neto reencaminha a aprovação da listagem de nome das pessoas cadastradas e por unanimidade dos Conselheiros e a listagem é aprovada. Sr. Neto reforça que, caso haja novos nomes cadastrados (125), esta votação deverá ser refeita. Manifesta aos presentes que se cumpriu uma etapa importante da luta ali realizada com esta aprovação. Sr. Neto passa a palavra ao Sr. Renato do Coletivo Mundaréu da Luz e esclarece que qualquer Conselheiro pode contribuir com ideias e apresenta-las nas reuniões do Conselho Gestor. Um morador pergunta como ter acesso a todas as Atas das reuniões já realizadas, ao que a Sra. Kátia esclarece que todas são publicadas no Diário Oficial do Município. Sr. Renato inicia a apresentação, informando que gostaria de discutir e apresentar propostas para a área, baseadas nas diretrizes apresentadas na reunião anterior. O coletivo Mundaréu da Luz, faz reuniões no território, na Base da Polícia Militar, é interdisciplinar, não é composto somente pelos Conselheiros, tem também assistentes sociais, trabalhadores da redução de danos, urbanistas e trabalhadores da cultura. Entendem que é importante trazer essas discussões para o Conselho Gestor e enfatiza que os moradores, proprietários e locatários, quanto mais se envolverem nesta discussão, mais o projeto será construído coletivamente e com a expressão do interesse de todos. Sra. Talita, do mesmo Coletivo, informa que no dia 03 de abril haverá uma apresentação do projeto na área. Apresenta a proposta a partir dos debates realizados com os residentes no bairro, através de uma metodologia participativa, mutirão de desenhos. Esclarece que esta é uma proposta não só para as Quadras 37/38, mas para todo o entorno. Partem do pressuposto de ter o mínimo de demolições dado o valor histórico cultural da região e da ideia de chave-a-chave, ou seja, a família só sai de sua casa para o atendimento definitivo, evitando que passem pelo auxílio aluguel, que nem sempre é bem aceito pela população. Acrescenta a ideia do "moradia para todas e todos" pela diversidade do território e de acordo com sua renda e conformação familiar, comércio na área; preservação da paisagem; espaços públicos. Defendem que os comerciantes estão há muitos anos na região, também permaneçam no território após a intervenção. Faz uma demonstração do levantamento das famílias bastante diversificadas, elevado comprometimento da renda com o aluguel. Muitas famílias recebem de 0 a 1 SM. Trabalham perto de sua moradia, demorando até 5 minutos a pé. Muitos, além de morar, trabalham na região e tem interesse em continuar no território. Os 93 dos comerciantes, sobretudo das Quadras 37/38 são locatários e tem interesse em permanecer com atividades na região. Dividem em eixos o projeto que seria 1. Morar e trabalhar; 2. Estar na rua e conviver; 3. Amar e cuidar. Passam a esclarecer como foi desenvolvida a ideia do projeto, onde existem 22 terrenos notificados pela PEUC, no entorno, conformando estoque habitacional – 22 mil metros2 num raio de 1km a partir do Largo Coração de Jesus. Nas Quadras 37/38 existe um estoque de terrenos vazios e/ou subutilizados e deteriorados suficientes para atender as 290 famílias sem precisar remover imóveis. Entendem não ser necessário demolir, remover as famílias e mandá-las para longe, antes de começar a construir a nova moradia, a população que mora e trabalha no entorno, seria atendida na própria área em imóveis que já existem e estão desocupados e assim fixar e mantê-los no território. Uma moradora questiona se irá ter espaço na área para construir e atender as famílias no local. Sr. Renato reafirma que a intenção do projeto é a não retirada dos moradores da área. Sra. Talita continua a apresentação e informa que há imóveis tombados e que podem ser reformados cumprindo, assim com outras formas de direito à moradia que não a propriedade fundiária. Esclarecem que as opções poderiam ser: Locação Social (55%); Hotel Social (15%). Casa Própria (15%) embora entendam que a maioria dos moradores, a serem atendidos não possuam interesse em compra de imóvel ou renda adequada. Sr. Luiz Kohara pede que se esclareça aos presentes o que vem a ser Locação Social, já que a proposta é de que metade do atendimento seja por meio dessa modalidade. Continua esclarecendo que a Prefeitura constrói o imóvel e aluga para a população pagar um valor dentro de sua capacidade financeira, ou seja, continua sendo da Prefeitura e o morador pagaria um aluguel. No atual Programa, pagam um valor de 10% a 15% da renda do atendido. Sr. Renato retoma e diz que muitas vezes a família não tem renda ou não tem interesse em financiar uma moradia própria; caso dos ciganos e outros. As soluções diversificadas, são para atender as diferentes necessidades que existem na região. Uma moradora pede esclarecimento sobre o que seria a moradia terapêutica. Sra. Talita esclarece que funciona como uma república, embora seja uma proposta de moradia assistida em pequena escala, mas para as pessoas que estão no fluxo e é uma proposta apresentadas pelas pessoas que trabalham com redução de danos. A mesma moradora questiona ainda se haverá atendimento ou projeto às pessoas que estão no fluxo. Sr. Renato informa que o Coletivo Mundaréu da Luz tem diálogo interdisciplinar com os Coletivos "É de Lei" e "Craco Resiste" e essa proposta foi pensada diretamente por eles, mas não são os únicos que pensam nestas saídas para as diversidades de atendimento da região. Passam a esclarecer sobre as diferentes tipologias que também podem existir, esclarecendo que tipologias são os diversos modelos ou tipos de casas e moradias – número de dormitórios, unidades modulares, área molhada, etc. Sr. Renato encerra dizendo que tudo isso são propostas feitas a partir de debates e todos são bem vindos à participarem. Essa é uma aposta das pessoas que trabalham na área que estão confiantes. Convida para a atividade aberta a ser realizada no dia 03 de abril, próxima terça-feira, a partir das 14h. Sra. Giulia, cidadã do município pede a palavra e informa que existem notícias que a GCM irá expulsar todos os usuários do local até o final do mês de março, diz que gostaria de saber qual a medida a ser tomada pelos represen-

tantes do poder público com relação a esta informação. Sr. Neto primeiramente agradece a iniciativa do projeto do Coletivo Mundaréu da Luz e informa que há questões técnicas de alinhamento com o projeto existente da PPP (Parceria Público Privada), mas que a SEHAB irá dar um retorno, lembra que ainda que tudo precisa passar pelo crivo do Conselho Gestor. Sra. Natalina acrescenta à pergunta da Sra. Giulia, denunciando que a GCM iniciou confronto com moradores da redondeza no dia 26/03, por volta do meio dia, violência contra os usuários impactando na vida também dos moradores do local. Outra moradora, que se identificou como proprietária na Quadra 37/38, reafirma que a GCM não está permitindo que os moradores exerçam seu direito de ir e vir, humilham os moradores. Diz que mora na região há mais de 40 anos e que está difícil neste momento viver ali com estas ações. Sr. Nêlio, Conselheiro, informa que mora há 09 anos no local e que sempre foi assim e que entende que a Prefeitura quer pagar Auxílio Aluguel e expulsar os moradores da área. O Auxílio Moradia, segundo o Sr. Nêlio, não existe. Diz-se contra o que está sendo aprovado. Defende uma moradia digna baseada no salário real dos moradores, pois eles declararam, renda maior do que realmente ganham por medo de perderem o atendimento habitacional. Sr. Neto esclarece que isso será discutido em momento apropriado, já que o Conselho Gestor tem uma função específica que é o de discutir a intervenção. Esclarece que com relação à violência policial denunciada nesta reunião, será encaminhada ao Secretário da Habitação, para que este leve a discussão ao Projeto Redenção e demais Órgãos competentes. Sra. Ivanete Conselheira Titular, relata que além do Sr. Neto levar essas ações ao conhecimento do Secretário, devem como representantes da Sociedade Civil, fazerem um documento repudiando este tipo de ação e levar à outras esferas a indignação contra essa situação. Segundo a Sra. Ivanete, não se trata a questão da dependência química e habitacional com força policial. Tem havido violação dos Direitos da Criança e Adolescentes e contra mães e famílias. Sugere que se faça documento e se necessário que se faça uma Representação Pública. Entende que é necessário a união dos moradores e se preciso for,irão para a porta da Secretaria de Segurança Pública para dizer que não é desta forma que se trata o cidadão. Sra. Beatriz, Conselheira, diz que, em que pese o tema e mesmo que este não seja pauta deste Conselho, solicita que os demais Conselheiros representantes das outras Secretarias levem as denúncias feitas durante esta reunião. Sr. Neto reafirma que irá encaminhar estas questões ao Secretário e encerra a reunião agradecendo a presença de todos.

Participantes, conforme listas de presença:
Conselheiros membros da Sociedade Civil:
Beatriz Kara José (Titular – IAB-SP);Cosme Aleixo da Silva (Suplente - MSTC);Fabiana Silva Santana (Titular - Moradores); Flávio Gomes Torres (Titular - Proprietários); Ivanete de Araújo (titular AMLJ);Joseneo Gama Saad (Suplente – Proprietários); Jurandir Alves dos Santos (Suplentes - Moradores); Luiz Tozuki Kohara (Suplente – Centro Gaspar Garcia); Natalina Ribeiro (Titular – Instituto Pólis); Nêlio Humberto Milen Sardinha (Suplente-Moradores);Renato Abramowicz (Suplente – Observatório de Remoções);Talita Anzei Goncales (Suplente – Observatório de Remoções); **Conselheiros Membros do Poder Público:** César Hernandes (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social);Jabs Crês Maia Santos (Titular – Secretaria Municipal de Governo); José Amaral Wagner Neto (Titular – Secretaria Municipal de Habitação); Juliechristi Dalefi (Secretaria Municipal de Habitação);Katia Silene Batista dos Santos (Titular – Secretaria Municipal de Habitação); Leonardo Amaral Castro (Titular – SMUL);Orlando Correa da Paixão (Secretaria Municipal da Justiça); Reginaldo José Fazzion (Titular – Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais); Ricardo Rodrigues (Suplente – Secretaria Municipal de Habitação); **Moradores**(Lista de Presença anexo). **Diagonal:** Cecília Ondei; João Chivone, Lory Siqueira, Soraia Costa- responsável pelo registro desta ata.

ATA DA 8 ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR ZEIS 3 – QUADRAS 37 E 38 – CAMPOS ELÍSEOS – 13/06/2018

2017-0.120.562-5

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às dezenove horas, em segunda chamada, deu-se início às formalidades da 8ª Reunião do Conselho Gestor das Quadras 37 e 38 – ZEIS 3 - Campos Elíseos, no 26º andar do Edifício Martinelli – Rua São Bento, 405 Centro SP. A ata da última reunião realizada em 13/06/2018 apresentou como pauta a apresentação do cadastro final, apresentação das diretrizes para o atendimento habitacional às famílias cadastradas nas Quadras 37 e 38 – Campos Elíseos. O Sr. Neto Coordenador do Conselho Gestor pergunta se há questionamentos quanto à ata da reunião anterior, mas os Conselheiros da Sociedade Civil informaram que não receberam e o Sr. Renato manifestou nota de repúdio: “Nós enquanto Conselheiros, manifestamos repúdio sobre o que aconteceu na Quadra 36. As irregularidades e as demolições. As obras estão subutilizadas. Pessoas não estão recebendo. Como tudo, aconteceu antes da formação do Conselho da Quadra 36.” Sr. Neto informou que no dia seguinte 14/06, às 18h30min será realizada a reunião do Conselho da Quadra 36, na Base da Aliança. A Sra. Natalina solicitou que a convocação seja realizada de maneira individual e não através de um e-mail geral. A Sra. Sra. Kátia, Coordenadora de CTS informou que será enviado o convite somente aos titulares e estes serão responsáveis por mandar aos suplentes, e em seguida deu-se início à apresentação sobre o processo de cadastramento dos moradores identificados nas Quadras 37 e 38, desde a ação de selagem até o cadastramento. Foi explicado o passo a passo da selagem; classificação dos imóveis; o pré-cadastro das famílias, identificação dos lotes e a selagem de cada unidade habitacional. A Conselheira, Sra. Beatriz, ressaltou aos presentes que a Secretaria vai explicar como foi realizado o cadastramento (metodologia). “Pedimos isso para podermos avaliar se concordamos ou não. Precisamos ouvir e ficamos atentos. Vocês, como público, e nós como Conselheiros da Sociedade Civil, para que no final as dúvidas levantadas, sejam esclarecidas.” Dando continuidade na apresentação, houve a demonstração sobre a Faixa de Renda (famílias) e após a consolidação do Pré-Cadastro houve um comparativo com o Cadastro Final. Com relação aos estudos de caso, conforme critérios adotados, foi finalizado com 31 pessoas que alegaram morar nas Quadras 37 e 38 e que não estavam no pré-cadastro. Dessas, 20 foram aprovadas e cadastradas. Observado um caso de aprovação do qual não houve cadastro, pois mesmo com busca ativa, a Prefeitura não localizou a pessoa. O conselheiro Sr. Renato perguntou se os moradores que tiveram parecer desfavorável nos estudos de caso foram avisados. Sendo respondido pela Sra. Kátia que o aviso é primeiro ao Conselho Gestor, bem como as datas e locais do cadastramento; Com relação às famílias identificadas – dos 371 domicílios: 190 famílias compareceram, 05 recusas e 176 ausentes. A Conselheira Sra. Beatriz pergunta: Vocês tentaram entender sobre o porquê das 278 famílias pré-cadastradas somente 190 foram cadastradas? A Sra. Kátia respondeu que há uma peculiaridade das quadras e a transitoriedade específica, os casos de selo onde tinham apenas um colchão. A maioria das famílias que não compareceram para o cadastro eram, inclusive, famílias unipessoais e que quando a equipe retornou, não encontra mais o morador. A Sra. Natalina questiona se um colchão foi considerado espaço-moradia. Sra. Kátia esclarece: “Estamos falando de 371 possíveis espaços físicos que poderiam ser moradia, inclusive com apenas um colchão. São 371 espaços habitados que receberam selo.” Pontua ainda que a diferença do número total do pré-cadastro (351) e do cadastro final é referente aos estudos de casos aprovados. O Sr. Neto informou que somente as 10 pessoas com recursos indeferidos nos estudos de caso poderão apresentar recurso. Para os demais, o cadastro está encerrado. Reforça que trata-se de uma reunião deliberativa e pergunta se

persiste alguma dúvida para aprovar o cadastro das 190 famílias.A Sra. Natalina reclamou sobre o formato do material enviado pela Secretária, disse não ter conseguido abrir o documento e que teve muita dificuldade de abrir os dados. Segundo ela foi solicitado por e-mail, em 04 de junho para que fosse enviado um arquivo em formato aberto, para poder buscar endereços e nomes. Ressalta que não recebeu resposta deste e-mail, e por esta razão, afirmou não ter condições de aprovar o cadastro. A Conselheira Sra. Carmen se posiciona: “Não somos nós que devemos verificar e sim a comunidade interessada.” O Conselheiro Sr. Renato diz que o material era uma longa lista. “Nosso receio é não ter tido condição humana para verificar todos os possíveis problemas que estão lá. Não queremos nos responsabilizar por algo que não pudemos olhar com mais calma.” O Coordenador do Conselho ressalta: Durante 30 dias foram realizados plantões diariamente e foram analisados 31 casos. A Conselheira Sra. Beatriz: “Pedimos desde o começo para que esta deliberação não tivesse que acontecer juntamente desta forma com a população. O papel que nos foi atribuído é fazer o diálogo em campo com a comunidade. Está acontecendo de forma atropelada sim. Recebemos hoje a informação de onde será a reunião. Estamos dividindo a responsabilidade.” A Sra. Katia respondeu que a responsabilidade sobre o cadastro é da Prefeitura Municipal, especialmente a Secretaria de Habitação. Quem acha que foi lesado, poderia a qualquer momento comparecer no plantão social. O Sr. Neto afirmou que: “Nós temos que avançar no sentido de fechar o número para avançarmos na proposta” O Conselheiro Sr. Cosme afirmou: “Sempre acompanho a Prefeitura. As famílias que não foram cadastradas tiveram a chance de ir atrás. Estamos aqui para discutir e brigar pela moradia e não pelo cadastro.” Uma moradora da Alameda Barão de Piracicaba, 304, pediu a palavra e disse: “Se alguém se sente prejudicado, deveria ter ido atrás das soluções. Não estou entendendo qual é a dúvida. Nós moramos lá. As pessoas que chegam para a reunião de vocês falando que moram lá, é tudo mentira. Nós pagamos aluguel. Estamos sofrendo. E estamos aqui para resolver.” A Sra. Carmen: “Entendo a aflição de vocês. Não gostaria que vocês tivessem o entendimento de que os conselheiros da sociedade civil estão tumultuando. Eles são técnicos e urbanistas. Temos que agradecer a Prefeitura de ter aberto o precedente para selar inclusive domicílios com apenas um colchão. E quem tem o selo na porta está pré-cadastrada, porém teve que ir à Central da Habitação se cadastrar. Após os diálogos o cadastro foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros, sendo 190 famílias, com a ressalva das 10 pessoas referente aos estudos de caso. Posteriormente foi realizada pelo Coordenador do Conselho Gestor a apresentação das Diretrizes de Intervenção nas Quadras 37 e 38, sendo que a legislação prevê que a Prefeitura desenvolvesse a elaboração deste documento e coloque em pauta no Conselho. É uma diretriz de intervenção que iremos debater em cima desta proposta nas próximas reuniões. Trata-se de um Diagnóstico (Região Central das Quadras 37 e 38 – Campos Elíseos). O Sr. Neto distribuiu para todos os Conselheiros presentes o documento com as Diretrizes de Intervenção para as quadras 37 e 38 do Campos Elíseos, e informou que o mesmo já está disponível na página WEB da SEHAB, o documento alinhado com Plano Diretor Estratégico; Premissas do Atendimento; Prazo de Execução com algumas explicações sobre a PPP, questão orçamentária e prazo. Explicou sobre número de unidades habitacionais contando com a construção CEU e o total sem este equipamento, pois a Secretaria de Educação, não indicou a necessidade dele, mas de equipamentos menores como CEI e EMEI. Esclareceu sobre o atendimento provisório e o atendimento definitivo. Resaltou ainda que os estudos foram feitos em cima de dados declarados pelas famílias que, portanto, ainda poderão sofrer alterações no momento do financiamento a ser realizado pela Caixa Econômica Federal. Com relação aos equipamentos públicos, foram convocadas as Secretarias para darem o parecer sobre a Pasta na região. Pontuou também que a proposta da Secretaria de Segurança Pública não está no documento impresso; A proposta de trabalho social, a geração de renda e empreendedorismo social – contemplam as questões voltadas ao Comércio. A Sra. Noemi pergunta sobre os pequenos comerciantes e o Sr. Neto responde que serão abordados mais à frente e justifica que irão pensar em uma reunião para realizar um cadastro participativo, com discussão da aspiração dos comerciantes. “Reconhecemos o problema e não temos uma solução. Vamos construir juntos.” Declarou que o importante para a população é que está sendo garantido o atendimento definitivo para as 190 famílias cadastradas. “É construir junto com todos os envolvidos este documento”. A reunião foi finalizada com a informação sobre a data da próxima reunião a ser realizada no mês de Julho e que provavelmente haverá chamadas de reuniões extraordinárias para questões específicas. Sem mais a reunião foi encerrada.

Participantes, conforme listas de presença:
Conselheiros membros da Sociedade Civil:
Beatriz Kara José (Titular – IAB-SP); Carmem da Silva Ferreira (MSTC); Cosme Aleixo da Silva (Suplente - MSTC); Fabiana Silva Santana (Titular - Moradores); Flávio Gomes Torres (Titular - Proprietários); Joseneo Gama Saad (Suplentes – Proprietários); Natalina Ribeiro (Titular – Instituto Pólis); Renato Abramowicz (Suplente – Observatório de Remoções); **Conselheiros Membros do Poder Público:** José Amaral Wagner Neto (Titular – Secretaria Municipal de Habitação); César Hernandes (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social); Jabs Crês Maia Santos (Titular – Secretaria Municipal de Governo); Katia Silene Batista dos Santos (Titular – Secretaria Municipal de Habitação); Orlando Correa da Paixão (Secretaria Municipal da Justiça); **Moradores** (Lista de Presença anexo). **Diagonal:** Adriana Garcia responsável por essa ata; João Chivone e Lory Siqueira.

ATA DA 9 ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR ZEIS 3 – QUADRAS 37 E 38 – CAMPOS ELÍSEOS – 31/07/2018

2017-0.120.562-5

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e dezoito, às dezenove horas, em segunda chamada, deu-se início às formalidades da 9ª Reunião do Conselho Gestor das Quadras 37 e 38 – ZEIS 3 - Campos Elíseos, na Alameda Barão de Piracicaba, 276 – Campos Elíseos - SP. Sr. Neto informa que a pauta desta reunião é a continuação da discussão das diretrizes da intervenção, tirar dúvidas sobre atendimento habitacional a ser dado e apresentar o resultado do cadastro dos comerciantes realizados na semana passada e verificar como será feito o encaminhamento da questão dos comércios cadastrados na semana passada. Há a sugestão de se realizar uma oficina com os comerciantes para aprofundamento e discussão de questões ligadas a este seguimento. Sugere a aprovação das atas da 7ª e 8ª reuniões enviadas previamente aos conselheiros, ao que a ata da 7ª reunião é aprovada sem nenhuma alteração e a ata da 8ª reunião que também trata das diretrizes de intervenção, da mesma forma questiona se há alguma alteração, ao que a Sra. Natalina informa que havia solicitado a alteração na forma de convocação dos conselheiros e de seus suplentes quanto ao recebimento da pauta para a reunião, para que no caso de falta dos titulares os suplentes saberão do que irá se tratar na pauta. Sr. Neto, após solicitar que as anotações da Sra. Natalina sejam incluídas em ata, e não havendo nenhuma outra objeção, considera aprovada a ata da 8ª reunião. Sr. Neto solicita que antes de entrar na discussão das diretrizes, é necessário discutir qual o encaminhamento definitivo do cadastro. Informa que na 8ª reunião do Conselho Gestor foram aprovadas 190 famílias sendo que 10 famílias foram recusadas e que poderiam apresentar recursos à SEHAB no conselho, mas a informação é que nenhuma das 10 famílias foram encontradas, embora tenha sido feita busca ativa e por telefone. Sr. Dito, conselheiro, sugere que seja publicado no Diário Oficial, para que não haja nenhum problema, ao que

a Sra. Kátia Silene de SEHAB, concorda e acrescenta que além do Diário Oficial, poderá ser incluído no site da COHAB para que possam existir a ampla defesa. Sra. Lory informa que nos locais das residências, deixou-se recado com o responsável, para caso alguém da família apareça, receberá a informação, pois, há pessoas que se mudam, viajam e a informação é de que deverão procurar a equipe social. Sr. Neto informa que com isso se cumpre com este prazo adicional com relação ao cadastro. Lembra que há ainda três famílias que estavam no primeiro arrolamento de maio e que transcorrido todo este período não compareceram, mas reapareceram agora, e constam do arrolamento. Desta forma propõe que se realize o cadastro destas famílias, que se faça uma análise dos casos e que o Conselho decida na próxima reunião quanto ao cadastro definitivo ou não na próxima reunião. Assim sendo, a publicação no Diário Oficial deverá ser após a próxima reunião para que se resolvam as pendências e os casos das 10 famílias que não apareceram ainda. Continua informando que há duas formas de discutir as diretrizes, iniciada na reunião passada realizada em SEHAB. Pode-se fazer novamente a discussão ou somente tirar dúvidas, ao que os conselheiros optam para que sejam apresentadas as diretrizes por completo. Sra. Beatriz/IAB sugere que seja reapresentada as diretrizes, mas que as dúvidas sejam apresentadas ao final de cada item a partir da leitura feita por cada conselheiro. Sr. Neto retorna dizendo que a diretriz é o documento elaborado pela Prefeitura referente a intervenção nas Quadras 37/38, que levaram em consideração as apresentações elaboradas pelo Coletivo Mundaréu da Luz, além das propostas de SEHAB de forma mais elaborada. Um dos conselheiros presentes pede para esclarecer uma dúvida, já que na última reunião foi dito que seria publicado em Diário Oficial que foram contemplados com o cadastro e com a não publicação muitos ficaram questionando se foram contemplados. Sr. Neto informa que foi apresentado nas reuniões, no ano passado para a 1ª etapa e na última reunião o complemento inclusive entregando as listagens para os conselheiros. Sra. Kátia informa que todo o material já foi entregue aos conselheiros e o Sr. Neto complementa que não foi publicado ainda por ter estas 10 famílias que não se manifestaram os outros três são outro caso, mas como foi aprovado e dada a aprovação do conselho ela já está válida e o correto é publicar após estes se apresentarem. Sr. Renato refere que o sugerido foi que esta listagem fosse exposta em painéis no Largo Coração de Jesus para que todos os moradores tenham acesso fácil ao cadastro. Sr. Neto informa que serão colocados cartazes na Base da Polícia Militar. Informa ainda que SEHAB está alugando um espaço na Alameda Glete, 65, e lá ficará exposta a lista com os nomes dos cadastrados e podem ir ao local e verificar seus nomes durante os plantões sociais. Este novo espaço será um lugar para as reuniões e para os plantões sociais. Sr. Neto passa a apresentação das Diretrizes da Intervenção e inicia dizendo que foi feito um estudo por norma da legislação na região de intervenção e a proposta está alinhada com os objetivos da política urbana da cidade, ou seja, deixar a população no local da intervenção e mantê-los no local do trabalho, não é uma intervenção que irá tirar a população do centro e levá-la para o extremo sul da cidade ou na zona leste. Continua esclarecendo que a diretriz também segue o Plano Diretor do município que é fortalecer a centralidade de São Paulo aumentando a densidade de oferta habitacional e respeitando os prédios tombados por serem antigos, alguns destes imóveis podem receber modificações maiores e outros não, como o do conselheiro Flávio que não ser derrubado e nem pode ser alterada a fachada. Onde não tem valor histórico ainda poderá ser feito prédios novos e basicamente responder à questão da manutenção da população aqui na quadra. A proposta mantém esta diretriz de manutenção de todas as famílias com cadastro aprovados permanecerem na quadra, ainda há em aberto a questão dos comerciantes que se tentará construir com eles próprios e obviamente com o conselho. Estamos seguindo a política habitacional com a promoção de moradia e propondo uma destinação de moradias através do modelo de locação social que será explicado logo mais. Esclarece porque o local é considerado ZEIS 3, por ter ocorrência de cortiços de imóveis com, precariedade urbana e que podem melhorar o padrão de vida da população que necessita morar e trabalhar na região central. Informa que SEHAB propõe para que o conselho gestor aprove o atendimento definitivo das famílias, e que por estar com uma situação tanto do governo municipal e estadual com orçamento limitado, propõe-se uma junção de esforços dos dois governos para viabilizar esforços com o governo do estado para o atendimento definitivo pela aquisição do imóvel pelo financiamento pela CEF (Caixa Econômica Federal) ou de locação social para as famílias que não conseguem se enquadrar no financiamento, onde terá garantido o atendimento com comprometimento menor da renda mensal. Este ponto será explicado mais adiante. Um participante informa que este modelo seria para pessoas idosas ao que o Sr. Neto esclarece que como mais da metade da população a ser atendida é de indivíduos que vivem sozinhos a locação social é melhor. Há uma discussão de porque SEHAB pensa em utilizar a PPP do Estado para fazer a proposta de solução, pois, o fundamental é que o município receba um subsídio grande com o atendimento que está indicando para a demanda e segundo, é o tempo, pois SEHAB quer uma resolução que não demore 4 ou 5 anos e há uma estimativa de resolução da construção das unidades em menos da metade do prazo do que se SEHAB ou a COHAB fosse desenvolver o projeto, fosse contratar, fosse licitar a obra, o que demoraria na melhor das hipóteses o dobro do tempo. Sra. Beatriz, conselheira do IAB, pede esclarecimento sobre a forma de financiamento da produção destas unidades habitacionais, por interferir diretamente na forma de atendimento na definição da quantidade de pessoas conforme a faixa de renda que será atendida, são perguntas importantes para esclarecer, pois, dependendo do tipo de recurso a ser utilizado, poderá onerar mais ou menos o futuro morador, pois não ficou claro no material entregue na reunião passada, como será a composição do recurso que financiará as moradias para garantir a permanência da população na região central. Sra. Beatriz prossegue a leitura do documento entregue e sugere ser importante que seja esclarecido qual a contrapartida do poder público para estes agentes privados para que eles prestem este serviço à Prefeitura e quanto isso oneraria ou não o custo da unidade habitacional e do condomínio. Pode-se ganhar na eficiência, mas, quanto esse ganho significará uma possibilidade de perda para o mutuário que vai pagar parcelas mensais para a compra da unidade habitacional e o risco que poderá representar que este mutuário não consiga pagar estas parcelas pelo alto comprometimento de sua renda. Entende que estas dúvidas devem ser retiradas nesta reunião. Sr. Benedito, conselheiro do Centro Gaspar Garcia, informa que na página 31 do caderno Diretrizes da Intervenção entregue aos conselheiros, há a tabela do subsídio do programa de acordo com Resolução 98 CMH, e passa a expor os valores salariais ali elencados. Sr. Neto esclarece que a tabela diz respeito ao financiamento às famílias que se enquadram no critério de financiamento da PPP é de 30 anos e que também não deve ultrapassar 30% do comprometimento de renda desta família. A linha de corte é de R\$ 1.108,00 da renda familiar; há muitas famílias que não atingem esta renda, mas que não tem problema em acessar o financiamento na CEF pela PPP então utilizaria esta tabela para enquadrar no financiamento. Sr. Benedito retorna e esclarece que esta tabela oneraria as famílias de baixa renda e que a Prefeitura deveria utilizar-se de tabelas que já existem em SEHAB com valores inferiores ao que o Sr. Neto intervém e diz que a tabela a ser utilizada é a primeira tabela da página 32, onde a renda mínima é de R\$ 1.108,37 e não por três salários mínimos- famílias não passíveis de enquadramento na PPP (Parceria Público Privada) e não a da Resolução 98. Sr. Benedito diz que deve se ter em conta o valor total da unidade habitacio-

nal e ver qual o valor do subsídio que será utilizado, ao que o Sr. Neto esclarece que na PPP já tem o valor do FGTS e a contrapartida que o governo do estado está dando, e o município está se favorecendo disto além da construção dos equipamentos, Sr. Bendito diz que estes valores devem ser esclarecidos, deve ser dito o que o município irá se comprometer, Sr. Neto diz que o objetivo desta reunião é levantar estes pontos e ai se levantar uma grupo específico para buscar estas respostas e levar aos Conselheiros. Sr. Bendito retorna e explica que o que deve ficar claro é quanto custa a unidade habitacional, o que é o subsídio independente se a família ganha R\$ 1.108,37 e quanto será o comprometimento da família. Sr. Neto diz que a proposta do Coletivo Mundaréu da Luz, é comprometimento de 30% da renda tanto na proposta de aquisição, quanto na proposta de locação social, ao que o Sr. Benedito retorna e diz que depende, e que pode como conselheiro, divergir da proposta do Mundaréu, e que o importante é saber qual o valor da unidade habitacional, qual a melhor proposta para as família e também o critério do Fundo Municipal de Habitação para as famílias de baixa renda, as famílias que moram em área de risco, favela, e temos que ver os critérios do Minha Casa Minha Vida. Sr. Neto diz que foi feito uma comparação com as regras do financiamento pela COHAB, pelo Fundo e pela PPP e a diferença é do prazo que na COHAB é de 25 anos e na PPP é de 30 anos o prazo máximo de pagamento, então a diluição da prestação é maior. Sra. Beatriz entende que a preocupação do conselheiro, Sr. Bendito é em função do que está sendo observado em outras PPP para que não se corra o risco de se reproduza o que está acontecendo ali, seria melhor aproveitar a experiência do que já aconteceu. Nossa intenção é viabilizar a construção de unidades para acolher as pessoas que estão aqui e se possível acolher as que estão no entorno de forma que seja permanente. Sr. Benedito lembra que o valor do subsídio pode ser de R\$ 80.000,00, 90.000,00 depende do valor da unidade e de quanto as famílias podem se comprometer a pagar, assim entende que é saber os valor, os custos. Sr. Neto mostra o gráfico em que a proposta é que se tenha a moradia atual, o auxílio aluguel e o atendimento definitivo por aquisição que é esta discutida até agora e a locação social. O auxílio aluguel e o da Portaria 131 e que SEHAB propõe um trabalho diferenciado de atendimento, procura e apoio para a alocação das famílias o mais próximo possível e melhor acomodado possível e que não é o mesmo feito com as demais regiões, pois, entende-se que haverá um pouco mais de tempo. Lembrando que 100 % das famílias, hoje, pagam aluguel e muitas vezes maior do que o auxílio, aqui não há nenhum cadastrado que seja proprietário. Um participante questiona qual o prazo em que ficaram no auxílio aluguel, ao que o Sr. Neto diz que o prazo é o da construção das unidades até a entrega da unidade. Sr. Benedito diz que na Portaria 131 está escrito que o auxílio aluguel será pago por 12 meses renováveis por mais 12 meses, se o critério é de pagamento até o atendimento, entende que não pode ser pela Portaria 131. Sra. Katia esclarece que a Portaria diz que, se as famílias atendidas estiveram em vulnerabilidade social receberá por 12 meses sendo renovado por mais 12, quando a família é removida por Frente de Obras, ela receberá o auxílio aluguel até o atendimento habitacional definitivo que é o que acontece na maioria destes casos. Sra. Ivanete, conselheira, diz que a preocupação, é que, como será o atendimento até o termino do projeto que se retire a Portaria 131 para que não haja choque de interesse e que se inclua que irá atender as famílias, embora o valor de R\$ 400,00, que deveria ser alterado por ser muito pouco e que por mais que seja um auxílio, há famílias que não conseguem pagar seus alugueis, então sugere que se retire o critério de atendimento pela Portaria 131 e se registra que as famílias terão atendimento com auxílio aluguel até o final do projeto ou até que as famílias estejam com suas chaves na mão. Entende que deve ficar claro isso e outra questão é o modelo da PPP nesta intervenção, se discutirmos com o modelo da PPP, há famílias que para ser contempladas estão pagando R\$ 1.720,00 pelos moldes da PPP, então já existe um critério pela CEF se a família não passar em um critério não irá morar nesta região. Porque se a família tem a renda de R\$ 1.108, mas se ela gastar X, com suas despesas mensais a conta tem que ser de baixo para cima e não como está sendo feita. Sr. Guilherme, representante do IAB, pede a fala e diz que no relatório diz que preliminarmente 73 famílias não podem ser atendidas pelo PPP por ter renda inferior a R\$ 1.110,00 e há outras 73 que preliminarmente comprovam renda de R\$ 1.110,00 a R\$ 2.200,00, por mês e pergunta aos presentes quem se enquadra nesta faixa? Destas pessoas o valor da prestação de acordo com a renda familiar varia em torno de R\$ 360,00 a R\$ 790,00 só a prestação durante a prestação durante 30 anos, fora condomínio, água, luz, que não entram no subsídio o que queria pensar aqui é, como é que se assegura a permanência destas pessoas neste financiamento de 30 anos que se compromete mais do que 30% da renda familiar. Sr. Neto reafirma que não há comprometimento de 30% da renda da pessoas, inclusive há seguro se a pessoa sofre algum acidente ou vir a passar por situação de desemprego, não há comprometimento da renda não é SEHAB que diz é regra da CEF e as prestação inicia com R\$ 243,00, agora quem paga R\$ 1.700,00 de parcela, tem que saber qual a renda dela, não deve ser alguém que recebe 2 salários mínimos de renda e tem uma parcela de R\$ 1.700,00, ou seja, neste assunto temos que olhar os números analisar com cuidado e tentar queimar uma possibilidade que ainda está sendo analisada. Sra. Ivanete diz que não quer "queimar" nenhuma possibilidade, mas se há duvida tem o direito de tirar a duvida, queremos construir, não é só pensar no lado do comerciante, mas do morador ao que o Sr. Neto esclarece que não foi o que quis dizer, mas que quando alguém traz a informação de que há pessoas pagando R\$ 1.700,00 de parcela tem que se dizer que esta parcela corresponde a 30% do rendimento dela. Sra. Ivanete entende que a conta é feita "de baixo para cima". Um outro morador, diz que a preocupação dele é que todos já moram ali e que terão que se deslocar para outro local, sendo que o auxílio aluguel será pago por 12 meses, o que aconteceu na quadra 50 é que pagou-se 12 meses e ate hoje não receberam mais nada, qual a garantia de que iremos receber e não irá acontecer o mesmo que aconteceu com os moradores da quadra 50, entende que deve haver uma garantia por escrito para aqueles que saírem do local. Sr. Neto informa que há famílias que estão em aluguel há 8 anos e que este ponto já foi esclarecido e o que aconteceu na quadra 50 foi uma intervenção do Estado com CDHU e que na Prefeitura, para Frente de Obras não é o que ocorre. Sr. Benedito, diz que há a situação do Edifício São Vito que era frente de obras e que não estão recebendo seu auxílio aluguel, a Prefeitura deu o termo de atendimento e se comprometeu, e há diversas famílias que já foram atendidas pela Sehab e outras pelo movimento se possível ate se puderem reincluí-las há situações que estavam no Habitasampa e que foram retiradas do sistema, esta garantia vai até o fim deste governo depois é discussão, há mais de 27.000 em auxílio aluguel, dar esta garantia é muito complicado, numa reunião desta não podemos dar uma palavra definitiva. O correto é dizer que a lei garante, porque sistematicamente as promessas são feitas de gestão que se comprometeram com as famílias e não cumprirem. Sra. Kátia esclarece pontos sobre a Portaria 131 ao que Sr. Benedito volta a falar dos limites da portaria e que é necessária uma garantia maior, que o fato de se ter uma portaria não se dá a garante que as famílias receberão atendimento. Sr. Neto diz que o que foi falado ali são coisas que acontecem, mas a Prefeitura trabalha com o que está na legislação devem ser feitas projeções para 2, 4 anos, o que é diferente neste caso das Quadras 37/38, é que, por se tratar de uma ZEIS 3, e o Conselho Gestor aprovou um atendimento de ZEIS 3, há uma ação acompanhada pelo Ministério Público que acompanha este processo e o risco que sempre existe, neste caso há uma garantia maior, não é o secretário

que está dando uma carta, mas há gravações, há ata, há registros, está no Diário Oficial há uma garantia maior que as coisas de fato irão acontecer. Temos que avançar no objetivo desta reunião. Sra. Ivanete diz que havia algumas casas perto do CRATOD (Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas) e que receberam a proposta de auxílio moradia e não aconteceu, porque muda a gestão e muda a lei, tudo que diz respeito a trabalhador de baixa renda muda da noite para o dia. Sra. Talita propõe uma sugestão de três encaminhamentos sendo, a primeira a criação de um grupo de trabalho para se discutir três coisas: a composição do recurso da PPP para saber se as famílias conseguem se enquadrar, a segunda é uma apresentação dos requisitos da caixa para que as famílias saibam se também se enquadram nestes requisitos e a terceira seria um estudo para evitar o auxílio aluguel a utilização de áreas que podem ser demolidas e iniciar a construção imediata Sr. Neto diz que também poderia criar um quarto grupo para discutir equipamentos e trabalho social. Sr. Nélío conselheiro e morador, diz que há seis anos a prefeitura deixa de olhar para esta área. Algumas pessoas que aceitaram a carta de crédito, foram morar fora da região. Sr. Bendito diz que deve haver uma carta para atendimento, todos sabemos que a CDHU está oferecendo uma carta de crédito para a Quadra 36 e estamos conversando para saber da possibilidade da carta de credito também ser ofertada para estas Quadras. Sra. Natalina, considerando que todos estão cansados, a proposta é fazer um grupo de trabalho de conselheiros com a equipe de SEHAB para avançarmos numa próxima reunião e apresentar de forma mais adequada incluindo a apresentação dos comerciantes. Sr. Cosme pede a palavra e informa que os moradores estão recebendo cartas de despejo, e se devem continuar pagando aluguel ou se saem de suas casas. Sr. Neto sugere que levem as cartas ao plantão social para esclarecimento. Sr. Neto sugere um encaminhamento para o grupo de trabalho. Sra. Beatriz pede encaminhamento com relação a formação do grupo de estudos; grupo para avaliar a proposta de atendimento habitacional. Sr. Neto esclarece que um grupo só atende a necessidade de discussão, agradece ao Sr. Flávio pela concessão do espaço e a reunião é finalizada.

Participantes, conforme listas de presença:
Conselheiros membros da Sociedade Civil:
Beatriz Kara José (Titular – IAB-SP); Benedito Roberto Barbosa (Titular – Centro Gaspar Garcia de direitos Humanos); Cosme Aleixo da Silva (Suplente - MSTC); Fabiana Silva Santana (Moradores); Flávio Gomes Torres (Titular - Proprietários); Guilherme Moreira Petrella (Suplente – IAB); Joseneo Gama Saad (Suplentes – Proprietários); Jurandir Alves dos Santos (Suplente – Moradores);Ivanete de Araújo (Titular- Associação Com de Moradores na Luta por Justiça) Marina das Dores Ferreira dos Santos (Titular – Moradores); Natalina Ribeiro (Titular – Instituto Póllis); Nélío Humberto Milen Sardinha (Suplentes – Moradores); Renato Abramowicz (Suplente – Observatório de Remoções); **Conselheiros Membros do Poder Público:** César Fernandes (Titular- SMADS); José Amaral Wagner Neto (Titular – Secretaria Municipal de Habitação); Jabs Crês Maia Santos (Titular – Secretaria Municipal de Governo) ; Katia Silene Batista dos Santos (Titular – Secretaria Municipal de Habitação); Reginaldo José Fazzion (titular – Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais) **Moradores** (Lista de Presença anexo). **Diagonal:** Adriana Garcia ; João Chivavone; Lory Siqueira; Soraia Caetano Costa responsável por esta ata.

SAÚDE

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

COORDENADORIA DE VIGILANCIA EM SAUDE - COVISA

DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS COMUNICADO

A Coordenadoria da Vigilância em Saúde, comunica a perda do Crachá funcional/Agente de Saúde – Ambiental/Endemias, em 08/05/2018, conforme Boletim de Ocorrência Eletrônico nº 763962/2018 - 37º D.P. Campo Limpo – Polícia Civil do Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Segurança Pública, datado de 14/08/2018, do servidor **Geraldo Fonseca Santana** Agente de Saúde – Ambiental/Endemias; Reg. Func. 798.720.0, RG. nº 10415000-2 SSP/SP, lotado em SMS/CRS Sul/Unidade de Vigilância em Saúde Campo Limpo.

DVISA/DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL

Processo Administrativo
De acordo com o dispositivo na Lei Municipal 13.725/04, art. 1º Inciso IV, art. 149, torna público os seguintes procedimentos administrativos relativo à infração sanitária:
Auto de Imposição de Penalidade
Proc. nº2018-0.52.872-4 / Empresa de Mineração Romer Ltda /Av Sadamu Inove, 5489 /Rua Juventus, 379/Serie H / Nº 006305.

DVISAM / DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL

DESPACHO
Proc. nº 2005-0.166.117-0
CNPJ/CPF: 56.992.936/0001-09
Interessado: Ergomat Indústria e Comércio LTDA -
Endereço: Rua Arnaldo Magniccaro, 364
Bairro: Jurubatuba – CEP: 04691-902 – SP/SP / Série D – nº 03275 /

Assunto: **Termo de Desinterdição**
I- Desinterditado em 10/08/2018 da Solução Alternativa Coletiva exclusivamente para perfilagem geofísica, teste com obturadores e monitoramento da qualidade da água. Não sendo autorizado seu uso para quaisquer outras finalidades.

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam**CONVOCADAS**, As empresas abaixo relacionadas a retirar as Notas de Empenhos , no prazo de 03 dias úteis, contados a partir da data desta publicação, na Seção de Contabilidade da Coordenação de Vigilância em Saúde, localizada na R. Santa Isabel, 181 - Vila Buarque, no horário das 9:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

OBS.: A não retirada dentro do prazo estabelecido, acarretará as interessadas as penalidades legais.

Quando da retirada da N.E., a empresa deverá apresentar cópia: CNPJ, Certidão de Tributos Federais, Certidão de Tributos Previdenciários, Certidão de Tributos Estadual, Certidão de Tributos Mobiliários, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e FGTS(CRF), apresentar documento comprobatório da representação legal.

Proc.	Empresa	N.E.
6018.2018/0030524-3	CARAVAN EXPORTAÇÃO & IMPORTAÇÃO DO BRASIL LTDA - EPP	84.930
6018.2018/0034756-6	INSIDE COMERCIAL E SERVICOS LTDA	84.972

COVISA / DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

DESPACHO
Proc. nº 2017-0.106.475-4
Interessado: Sanctus Comércio de Alimentos Ltda
Endereço: Av. Comendador Adibo Ares, 275 – Jd. Guedala, SP/SP

Assunto: **Recurso ao Auto de Imposição de Penalidade**
À vista da manifestação técnica, às fls, 297 a 298, que acolho, adoto como razão de decidir, recebo o recurso apresentado pela empresa como regular e tempestivo, porém quanto ao seu

mérito o **indefiro, mantendo-se integralmente o Auto de Imposição de Penalidade Série H-025776 – Advertência.**

DVISAT / NÚCLEO DE VIGILÂNCIA DOS RISCOS À SAÚDE DO TRABALHADOR
DESPACHO
Proc. nº 2018-0.0.076.298-0
Interessado: Raia Drogasil S.A.
Endereço: Av. Prof. Francisco Morato, 2718 – EUC 224/225/226 – Butantã, SP/SP
Assunto: **Defesa ao Auto de Infração**

À vista da manifestação técnica, às fls. 65 e verso a 66, que acolho e adoto como razão de decidir, recebo a defesa apresentada pela empresa como regular e tempestiva, porém quanto ao seu mérito a **indefiro, mantendo-se integralmente o Auto de Infração Série H-006481, à fls. 08.**

COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE

NÚCLEO DE VIGILÂNCIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

COMUNICADO COVISA Nº. 042/2018
A Coordenadoria de Vigilância em Saúde - COVISA/SMS, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal 13.725/04, face ao que consta em Ata de não realização da contraprova, emitida pelo Instituto Adolfo Lutz em 18/07/2018, a qual manteve o resultado da primeira Análise Fiscal nº 64.1P.1/2018 com conclusão INSATISFATÓRIA quanto a análise de rotulagem e por conter teor de formaldeído acima da legislação sanitária vigente, referente ao produto Tratamento Anti-volume, marca G. Hair, lote 13542, fabricação 11/2017, validade 11/2020, processo ANVISA Nº 25351.899548/2016-19, fabricado por Mary Hill Perfumes Ltda, CNPJ 54.103.981/0001-21, situada na Rua Augusto de Almeida Batista, nº 1410/1420, Embu das Artes - São Paulo - SP, determina:

- Como medida de interesse sanitário, a interdição do produto Tratamento Anti-volume, marca G. Hair, lote 13542, fabricação 11/2017, validade 11/2020, processo ANVISA Nº 25351.899548/2016-19, fabricado por Mary Hill Perfumes Ltda, CNPJ 54.103.981/0001-21, situada na Rua Augusto de Almeida Batista, nº 1410/1420, Embu das Artes - São Paulo - SP, nos estabelecimentos do município de São Paulo;
- A interdição cautelar pelas UVIS/COVISA do referido lote do produto;
- Recolhimento pelo fabricante, de todas unidades do produto em questão e encaminhamento à COVISA, do relatório conclusivo sobre o recolhimento do produto e destinação dada a este;
- O não cumprimento desta determinação resultará nas medidas legais cabíveis de acordo com o artigo 129, inciso XI, da Lei Municipal nº 13.725/04, do artigo 122, inciso XX da Lei Estadual nº 10.083/98 e Lei Federal nº8078/90;
- A Coordenadoria de Vigilância em Saúde/SMS disponibiliza para os consumidores e as empresas interessadas, o telefone 11-3397-8280 e e-mail: atendimentocovisa@prefeitura.sp.gov.br, para que usando de seus direitos comuniquem a presença do referido produto.

COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE

NÚCLEO DE VIGILÂNCIA DE MEDICAMENTOS

COMUNICADO NU MED Nº. 51/2018
A Coordenadora de Vigilância em Saúde do Município de São Paulo - COVISA/SMS, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Código Sanitário Municipal, Lei 13.725/2004, comunica :
DEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO DE LIVRO ESPECÍFICO PARA ANTIMICROBIANOS E DEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO DE LIVROS, MAPAS E BALANÇOS PARA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS INDUSTRIALIZADOS DA PORTARIA SVS/MS 344/98.
Protocolo: 6018.2018/0022942-3
Empresa: DROGARIA TANGIL LTDA
CNPJ: 12.625.002/0001-55
Endereço: R. Azevedo Soares de Souza, 2762
Responsável Técnico: Paola Nogueira Guerra - CRF 46498
Programa: A7Pharma 1.29.5.0
Protocolo: 6018.2018/0025375-8
Empresa: FARMACIA PRADEL EIRELI EPP
CNPJ: 62.850.987/0001-90
Endereço: Praça Isai Leiner, 11
Responsável Técnico: Bruna Lombardi - CRF 73671
Programa: Sistema Big 2.5.7.7
Protocolo: 6018.2018/0020396-3
Empresa: DROGARIA SAO PAULO S/A
CNPJ: 61.412.110/0933-07
Endereço: Av. Giovanni Gronchi, 2780
Responsável Técnico: Karlla Cardoso Monte Cravo - CRF 63390

Programa: SEMC PROWEB
Protocolo: 6018.2018/0020380-7
Empresa: DROGARIA SAO PAULO S/A
CNPJ: 61.412.110/0918-78
Endereço: R. Serra de Bragança, 1703
Responsável Técnico: Fabiana Gonçalves de Araujo - CRF 84977

Programa: SEMC PROWEB
Protocolo: 6018.2018/0010297-0
Empresa: Raia Drogasil S/A
CNPJ: 61.585.865/1794-53
Endereço: Rua Pedro de Toledo, 417
Responsável Técnico: Alessandra Renata Quinteiro Gomes - CRF 65812

Programa: Alternate 2.6
Protocolo: 6018.2018/0013938-6
Empresa: RAIJA DROGASIL S/A
CNPJ: 61.585.865/1666-37
Endereço: Av. Pacaembu, 1782 compl. Esq. R. Itabaqui
Responsável Técnico: Mariana Alvim Farre - CRF 61461
Programa: Alternate 2.6
Protocolo: 6018.2018/0025565-3
Empresa: BEF COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 30.355.603/0001-77
Endereço: Av. Zumkeller, 243
Responsável Técnico: Alison Rezende Machado - CRF 86162
Programa: A7Pharma 2.06.6.0
Protocolo: 6018.2018/0021311-0
Empresa: JESSE ANTONIO DA SILVA ME
CNPJ: 28.955.279/0001-86
Endereço: Av. Rodolfo Pirani, 657
Responsável Técnico: Genali Rubio de Oliveira - CRF 76322
Programa: DataClass SNGPC 4.0
Protocolo: 6018.2018/0019415-8
Empresa: RAIJA DROGASIL S/A
CNPJ: 61.585.865/1818-65
Endereço: Av. Pompeia, 918
Responsável Técnico: Gabriela Batista da Silva Gomes - CRF 74604

Programa: Alternate 2.6
Protocolo: 6018.2018/0028286-3
Empresa: Drogaria Onofre Ltda
CNPJ: 61.549.259/0080-84
Endereço: Av. General Edgar Facó, 848

Responsável Técnico: Elaine de Jesus Santos - CRF 62767
Programa: Projeto Atend 1.0
Protocolo: 6018.2018/0029478-0
Empresa: VAPT FARMA 3 LTDA ME
CNPJ: 30.147.787/0001-80
Endereço: Av. Tenente Laudelino Ferreira do Amaral , 421 compl. 437
Responsável Técnico: Rosangela Leika Hoshida - CRF 19634
Programa: KSGMC 2.0
Protocolo: 6018.2018/0010118-4
Empresa: Imifarma produtos farmacêuticos e cosmeticos S/A
CNPJ: 04.899.316/0471-81
Endereço: Rua Joaquim Tavora, 887
Responsável Técnico: Rafaella Rodrigues Nobre Cavalcante - CRF 75054
Programa: Intellitools SNGPC 6.0

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE

SUPERVISÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE VILA PRUDENTE/SAPOEMBA

A Supervisão de Vigilância em Saúde Vila Prudente/Sapoemba, da Supervisão Técnica de Saúde Vila Prudente/Sapoemba, de acordo com o disposto no artigo 1º, inciso IV, artigo 140, 145 e 149 da Lei Municipal 13.725 de 09/01/2004, torna públicos os seguintes despachos e procedimentos administrativos relativos a infração sanitária:

Prorrogação de prazo
Proc./Nome ou Razão Social/Endereço/Série-nº do Auto de Infração/Despacho

2018-0.075.370-1 / Residencial Jardim Centenário Mercearia Ltda ME / Rua Nova Brasília, 244 / H – nº. 000725 / Deferido o pedido de prorrogação do prazo de 30 dias requerido pelo interessado a partir da data desta publicação.

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo nº 6018.2017/0000033-5

1. À vista do noticiado no presente administrativo, em especial da manifestação da Assessoria Jurídica desta Coordenadoria, que acolho, nos termos da competência delegada pelo Decreto nº 46.209/2005 e da Portaria nº 727/2018 – SMS.G, e, fundamentado pelos artigos 57, inciso II c/c 65, inciso II, todos da Lei Federal nº 8.666/93 65, **AUTORIZO** o aditamento do Contrato nº **13/CRS-SE/2014**, mantido entre a Municipalidade, através desta Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste e a empresa **PELISERV EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS ODONTO-MÉDICOS LTDA, CNPJ 09.172.931/0001-41**, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de autoclaves, com fornecimento de peças, para atender as unidades de saúde desta Coordenadoria, para contemplar, as seguintes alterações: A) prorrogação do ajuste, por mais um período de 12 (doze) meses, a partir do encerramento da vigência, a ocorrer em 21/08/2018; B) alteração do índice de reajustamento do contrato, a partir de 17/08/2018, que passará a ser a variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, nos termos da Portaria nº 389/2017 - SF; C) acréscimo correspondente a 22,67% do valor contratado, consoante demonstração no docto. SEI 010408582, com a exclusão e inclusão de equipamentos a serem mantenedos, passando o valor mensal da contratação a ser de R\$ 14.520,05 (quatorze mil quinhentos e vinte reais e cinco centavos), tudo onerando a dotação orçamentária nº 84.2.5.10.301.3003.2.509.3390.3900.00.

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo nº 6018.2017/0000032-7

1. A vista do noticiado no presente administrativo, em especial da manifestação da Assessoria Jurídica desta Coordenadoria, que acolho, nos termos da competência delegada pelo Decreto nº 46.209/2005 e da Portaria nº 727/2018 – SMS.G, e, fundamentado pelos artigos 57, inciso II c/c 65, inciso II, todos da Lei Federal nº 8.666/93 65, **AUTORIZO** o aditamento do Contrato nº **14/CRS-SE/2014**, mantido entre a Municipalidade, através desta Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste e a empresa **VESTATECH EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ 05.047.357/0001-49**, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos nas Unidades de Saúde pertencentes à Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste, para contemplar, as seguintes alterações: A) prorrogação do ajuste, por mais um período de 12 (doze) meses, a partir do encerramento da vigência, a ocorrer em 20/08/2018; B) alteração do índice de reajustamento do contrato, a partir de 02/07/2018, que passará a ser a variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, nos termos da Portaria nº 389/2017 - SF; C) decréscimo correspondente a 2,91% do valor contratado, consoante demonstração no docto. SEI 010284407, com a exclusão e inclusão de equipamentos a serem mantenedos, passando o valor mensal da contratação a ser de R\$ 9.698,56 (nove mil seiscientos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos), tudo onerando a dotação orçamentária nº **84.25.10.301.3003.2.509.3390.3900.00**.

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo nº 6018.2017/0000030-0

1. À vista do noticiado no presente administrativo, em especial da manifestação da Assessoria Jurídica desta Coordenadoria, que acolho, nos termos da competência delegada pelo Decreto nº 46.209/2005 e da Portaria nº 727/2018 – SMS.G, e, fundamentado pelos artigos 57, inciso II c/c 65, inciso II, todos da Lei Federal nº 8.666/93 65, **AUTORIZO** o aditamento do Contrato nº **17/CRS-SE/2014**, mantido com a empresa **EURO HOSPITALAR COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. ME, CNPJ nº 11.279.168/0001-02**, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as unidades de saúde desta Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste, para contemplar, as seguintes alterações: A) prorrogação do ajuste, por mais um período de 12 (doze) meses, a partir do encerramento da vigência, a ocorrer em 18/08/2018; B) alteração do índice de reajustamento do contrato, a partir de 03/07/2018, que passará a ser a variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, nos termos da Portaria nº 389/2017 - SF; C) acréscimo correspondente a 2,27% do valor contratado, consoante demonstração no docto. SEI 010292464, com a inclusão de equipamentos a serem mantenedos, passando o valor mensal da contratação a ser de R\$ 2.082,17 (dois mil oitenta e dois reais e dezessete centavos), tudo onerando a dotação orçamentária nº **84.25.10.301.3003.2.509.3390.3900.00**.

SUPERVISÃO DE FINANÇAS-COORDENADORIA DE SAÚDE - CONVOCAÇÃO

Fica(m) convocada(s) a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s) a retirar(em) a(s) Nota(s) de Empenho, no prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação, na Unidade de Contabilidade , localizada na Rua SILVA BUENO, 821 - Ipiranga, no horário das 9:00 às 14:00 horas. A(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar cópias autenticadas do CNPJ, CADIN, CND-INSS, FGTS, Certidão de Regularidade com os tributos municipais ou declaração.

EMPRESAS	PROCESSO	NOTA DE EMPENHO
HOPENIX SUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	6018.2018/0020368-8	85.150/2018
JC LOPES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	6018.2018/0020368-8	85.160/2018
RASEK LOGISTICA E SUPRIMENTOS LTDA	6018.2018/0020368-8	86.017/2018
HELIO MASASHI SAITO & CIA LTDA	6018.2018/0020368-8	86.024/2018